

Comissão Mista vê orçamento da União aumentado

11 NOV 1988

O relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), afirmou ontem que, em uma primeira avaliação, os relatórios setoriais promoveram aumentos de verbas em relação à proposta orçamentária da União. Citou o caso de um ministério, que não quis identificar, que teve do relator mais Cz\$ 200 bilhões pra gastar no ano que vem, enquanto que o total da proposta do Governo é de Cz\$ 10,3 trilhões. Gabriel disse que essa é uma "reação psicológica natural", já que cada um dos 37 relatores do anexo "vestiu a casaca" e destinou a seu setor verbas que foram defendidas exaustivamente pelos respectivos lobbies.

Até ontem, o senador Almir Gabriel já tinha analisado com os técnicos do Congresso quatro relatórios de anexo que aumentaram em Cz\$ 371 bilhões na proposta do Governo: Ministério da Agricultura, das Comunicações, Minas e Energia e do Interior. O maior aumento ocorreu em apenas uma Pasta onde, segundo o senador, o relator "foi bastante generoso" acolhendo emendas equivalentes a Cz\$ 232 bilhões. O senador não quis confirmar, mas este é certamente o orçamento do Ministério da Agricultura que na proposta do Governo sofreu cortes drásticos na área de pesquisa e extensão rural afetando, diretamente, as Empresas Brasileiras de Extensão Rural (Embrater) e a de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O senador Almir Gabriel entrou em entendimento com os técnicos do Ministério do Planejamento para que o substitutivo do Governo ao projeto de lei do orçamento de 89 seja encaminhado entre os dias 15 e 18. Pessoalmente, afirmou, "prefiro que ele chegue à Comissão quanto antes" para permitir uma melhor avaliação. O relator-geral tem até o dia 18 para entregar o seu relatório à Comissão e, por isso, ele espera que o substitutivo do Governo seja encaminhado também de uma maneira "simplificada e direta" o que acelera os trabalhos dos técnicos. Caso o Governo resolva deixar isso para a última hora — o prazo legal é no dia 22, quando inicia a votação — e também decida promover modificações globais dificilmente o plenário terá condições plenas para apreciar essa proposta.

Dívida dos Estados

O relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, afirmou que não analisou ainda a parte que trata do pagamento das dívidas dos Estados. A proposta do Governo estabelece o pagamento de 25 por cento da dívida e os governadores ameaçam não sustentar o pacto social, caso não seja acolhida a emenda que prevê o pagamento de apenas 10 por cento. Almir Gabriel não quis comentar o mérito do atrito entre o Planalto e os governos Estaduais, mas garantiu que "não existe ponto inegociável no orçamento, que deverá servir à Nação".